

SÉRIE
RELATÓRIO DE PESQUISA

ASPECTOS DA DESIGUALDADE SOCIAL, POBREZA E COVID-19 NO PIAUÍ



PLANEJAMENTO
Secretaria de Estado
do Planejamento / SEPLAN



Piauí
GOVERNO DO ESTADO

**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO – SEPLAN
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS E
PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO (CEPRO)**

**ASPECTOS DA DESIGUALDADE SOCIAL, POBREZA
E COVID-19 NO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ESTUDO E PESQUISA**

Francisco Mesquita de Oliveira

**TERESINA – PI
2022**

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

Maria Regina Sousa

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Rejane Tavares da Silva

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS - CEPRO

Liége de Souza Moura

DIRETORIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Rebeca Maria Nepomuceno Lima

GERÊNCIA DE ESTUDOS SOCIAIS

Juciara de Lima Linhares Cunha

ELABORAÇÃO

Francisco Mesquita de Oliveira (Bolsista FAPEPI)

COLABORAÇÃO

Juciara de Lima Linhares Cunha

Maria do Socorro Nascimento

Romário Marques

SETOR DE PUBLICAÇÕES

Luciana Maura Sales de Sousa

Teresa Cristina Moura Araújo Nunes

NORMALIZAÇÃO

Adriana Melo Lima

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária Adriana Melo CRB - 13/842

Secretaria de Estado do Planejamento/SEPLAN
Se253a
Aspectos da desigualdade social, pobreza e COVID-19 no Piauí / Secretaria de Estado do Planejamento – Teresina. SEPLAN, 2022. 26 p. (Relatório de Pesquisa).
1. COVID-19. 2. Desigualdade social – Piauí. 3. Pobreza. I. Título
CDU 316.344.2

CORRESPONDÊNCIA**SUPERINTENDÊNCIA CEPRO/SEPLAN****BIBLIOTECA PÁDUA RAMOS**

Av. Miguel Rosa, 3190/Centro Sul – CEP 64001-490 – Teresina-PI.

Telefone: 0xx86 3221-4809, 3215-4252 – Ramal: 21/22

E-mail: assessoria.cepro@seplan.pi.gov.br – Sítio: www.cepro.pi.gov.br

Pesquisa realizada com apoio da FAPEPI

Resumo

A pesquisa apresenta dados sobre desigualdade social no Piauí no período entre 2018 e 2021, incluindo o contexto da pandemia da Covid-19. Este trabalho utiliza-se da metodologia qualitativa e quantitativa, com análise documental de fontes de informações oficiais, sites, portais e bancos de dados de instituições públicas (IBGE, Ipea, Cepro, Banco Mundial) que apresentam índices e indicadores relativos ao fenômeno da desigualdade social e da pobreza no estado do Piauí, bem como tabelas e gráficos de leitura dos dados. O texto oferece um cotejo dos índices de mensuração da desigualdade social e pobreza com dados do Produto Interno Bruto, busca também ampliar o debate das categorias pobreza e desigualdade social para além do conceito matemático economicista de linha de pobreza, e introduz uma visão de análise multidimensional do conceito de pobreza, para ampliar o olhar sobre esses fenômenos no estado. Por fim, constata-se que o modelo de desenvolvimento econômico do Piauí, nos últimos anos, reproduz característica do modelo do desenvolvimento brasileiro que se notabiliza pela concentração de renda e exclusão.

Palavras-chave: desigualdade social; pandemia; pobreza; Piauí.

Introdução

Esta pesquisa sobre pobreza e desigualdade social no Piauí apresenta dados do período de 2018 a 2021, contemplando o contexto da pandemia da Covid-19. As principais fontes de coleta das informações foram sites, portais e bancos de dados de instituições públicas (IBGE, Ipea, Cepro, Banco Mundial) que apresentam índices e indicadores relativos ao fenômeno da pobreza e desigualdade social para o estado do Piauí.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é, talvez, o principal indicador utilizado para mensurar o nível de desenvolvimento humano da população de uma dada região geográfica. Ele foi proposto por Mahbub ul Haq numa parceria com o economista Amartya Sen para se relacionar o Produto Interno Bruto (PIB) no sentido de apontar melhorias socioeconômicas da população. Na verdade, ele tem por objetivo mensurar o grau de desenvolvimento humano a partir das condições socioeconômicas das pessoas agrupadas em três dimensões: saúde, renda e educação. O conceito de desenvolvimento humano utilizado por esse indicador extrapola a noção economicista de qualidade de vida relativa ao crescimento econômico, busca focar nas pessoas, suas capacidades e oportunidades possibilitadas pelo desenvolvimento econômico (NIS, 2020).

Existem outros indicadores e várias abordagens teóricas para mensurar o desenvolvimento socioeconômico de um país, estado e município que indicam os níveis de carências, renda, desigualdade social, desemprego, saúde, educação baseadas em dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e outras instituições.

O Brasil faz parte da lista de países do [Índice de Pobreza Múltiplo] IPM Global desde a primeira versão e que é calculado a partir de dados do World Health Survey de 2003 (...). Após tal estudo, foram realizadas outras aplicações do IPM no país. O estudo da Fundação João Pinheiro e da então Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome adaptaram o IPM da OPHI utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de diferentes anos. A OPHI também passou a utilizar a PNAD nas atualizações do índice. Recentemente, outros estudos apresentaram IPM próprios tendo como base os dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 do IBGE – sendo dois para os estados de Santa Catarina e dois para os estados do Rio Grande do Sul, e um de abrangência nacional. Além destes, há um estudo para o estado do Rio Grande do Sul com dados da PNAD, e outro para o estado de Minas Gerais com dados da Pesquisa de Amostra Domiciliar (PAD). (NIS, 2020, p. 17-18).

A pobreza é “um fenômeno complexo, por isso recebe diferentes definições dependendo do contexto da análise e da forma como é mensurada” (NIS, 2020, p. 12), mas existem duas linhas conceituais de abordagens mais utilizadas nas análises, uma do Banco Mundial, universalmente utilizada, e outra empregada pelo PNUD e outras instituições. A primeira tem

viés econômico e fundamenta-se na renda e no consumo das famílias, considera extremamente pobre a pessoa que tem renda de até U\$ 1,90 dólar diário e pobre os de renda U\$ 5,50 dólares por dia. O foco dessa abordagem aponta para a capacidade (ou não) da pessoa ter autonomia na consecução dos bens e serviços necessários à sua sobrevivência, por isso esses valores são considerados limites para uma imaginária linha de extrema pobreza e pobreza.

A segunda abordagem, todavia, é mais abrangente e discute o fenômeno numa perspectiva multidimensional, visão casual de múltiplos fatores e não se restringe aos aspectos da renda e consumo. Essa segunda abordagem,

[...] é a *multidimensional*, que é resultado do processo de construção do conceito de pobreza ao longo do tempo, na medida em que consolida a incorporação de múltiplas dimensões como sendo associadas ao fenômeno. Há, portanto, o reconhecimento de que a pobreza é multicausal e complexa, não se restringindo à privação das necessidades materiais, mas envolvendo padrões coletivos que, se inalcançados, levam a desvantagens, sofrimento e isolamento dos indivíduos pobres. A pobreza é percebida ainda como um estado de acúmulo de privações simultâneas que se retroalimentam, tornando a sua superação ainda mais difícil (CODES, 2008) (NIS, 2020, p. 15).

Neste trabalho, de forma *em passant*, apresenta-se aspectos dessas duas abordagens, mas busca-se dar ênfase a segunda por entender que ela é mais completa para discutir o fenômeno.

Tanto a pobreza quanto a desigualdade social nos últimos anos (2020 e 2021) parece que têm se intensificado pelas consequências da pandemia da Covid-19. Para refletir dados e indicadores sobre esses fenômenos no estado do Piauí, priorizou-se técnicas metodológicas dos métodos qualitativo e quantitativo. Da metodologia qualitativa, trabalha-se a análise de conteúdos secundários (conteúdo já disponibilizado em forma de análise), bem como o método quantitativo, com elaboração de tabelas, gráficos e dados numéricos. A pesquisa se fundamenta teoricamente em documentos oficiais, dados de bancos de instituições públicas federais e estaduais e material impresso veiculado na mídia nacional. Os dados foram correlacionados entre indicadores do Produto Interno Bruto (PIB), Renda per Capita, indicadores referentes ao auxílio Brasil, dados da linha de pobreza, Índice Multidimensional de Pobreza (IMP) e índice de Gini para o Brasil, Nordeste e Piauí. O trabalho está dividido em três seções, que são: alguns esclarecimentos conceituais, o impacto da pandemia do coronavírus no PIB de 2020 e a persistência da desigualdade social e pobreza no Piauí.

Alguns esclarecimentos conceituais

A pandemia mundial do coronavírus ainda não tinha surgido, antes de março de 2020, mas as pesquisas no Brasil já indicavam o agravamento da situação de pobreza de parcela da população e oscilação no crescimento do PIB em consequência de uma tríplice crise política, econômica e social, essa última agravada com o desmonte de programas sociais no governo de Michel Temer, herdeiro do governo da Presidente Dilma Rousseff. Em 2018, por exemplo, o IBGE indicava 25,3% da população na linha da pobreza, marca essa, definida pelo Banco Mundial, com base na capacidade de renda e consumo das pessoas que viviam com U\$ 5,50 (cinco dólares e cinquenta centavos) por dia¹. A população em situação de extrema pobreza, naquele mesmo ano, era 6,5% que vivia com U\$ 1,90 (um dólar e noventa centavos) ao dia (AGÊNCIA IBGE, 2020).

Passados três anos, entre 2019 e 2021, essa situação se agravou no lastro da Covid-19². A Fundação Getúlio Vargas (FGV Social, 2022), com base em dados do IBGE, indica que no ano de 2021 a porcentagem da população com renda per capita de até R\$ 497 (quatrocentos e noventa e sete reais) mensal era 29,6%, um contingente de 62,9 milhões de brasileiros. Entretanto, pesquisa da OXFAM e Datafolha, do ano de 2020, apontava a porcentagem de pessoas na extrema pobreza de 5,7 %³, pelo recorte da renda per capita de R\$ 155 (cento cinquenta e cinco reais) capacidade de consumo, aproximadamente U\$ 1,90 dólar diário, pelo critério do Banco Mundial (OXFAM, 2022). Entre 2018 e 2020, por estes indicadores, a extrema pobreza retroage 0,8%, possivelmente em razão dos benefícios sociais implementados pelo estado de emergência em decorrência da Covid-19.

Quando se lança o olhar sobre o desenvolvimento humano, com dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), observa-se que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) caiu de maneira consecutiva em dois anos seguidos 2019 (0,766), 2020 (0,758) e 2021 (0,754), segundo a organização a retração foi mundial e isto acontece pela primeira vez desde a criação do índice há 30 anos, com certeza em razão da pandemia da Covid-19 (PNUD, 2022). A queda generalizada desse índice construído com dados das condições

¹ Conforme o relatório do Banco Mundial sobre a pobreza no Brasil, “no início da pandemia, cerca de três em cada dez brasileiros eram pobres e cerca de 8% viviam na extrema pobreza. É importante ressaltar que o Brasil não tem uma linha oficial de pobreza. De acordo com a definição utilizada no relatório, estão abaixo da linha de pobreza pessoas com renda per capita inferior a R\$ 499 por mês” (BANCO MUNDIAL, 2022, s/p).

² Segundo o Banco Mundial, “A COVID-19 causou graves estragos no Brasil e em sua economia. Com mais de 30 milhões de casos diagnosticados, o Brasil tem sido o país mais afetado pela COVID-19 na região da América Latina e Caribe e o terceiro em todo o mundo” (BANCO MUNDIAL, 2022, s/p).

³ Conforme o relatório executivo do PNUD, essa diferença para menos de quase um ponto percentual na extrema pobreza entre 2019 e 2020, deve-se à política do Auxílio Emergencial no ano de 2020: “Estima-se que a pobreza e a desigualdade aumentaram no Brasil após a redução substancial e eventual descontinuação do Auxílio Emergencial em 2021, em meio ao desemprego persistentemente alto e aumento do custo de vida” (PNUD, 2022, p. 5).

socioeconômicas das pessoas, agrupados nas dimensões de renda, educação e saúde indica que a pobreza, em consequência da pandemia da Covid-19, está mais forte mundialmente, e que o fenômeno da fome não é apenas brasileiro. Porém, ressalta-se que os pobres sofreram e sofrem mais que os ricos as consequências da pandemia.

É proeminente discutir as abordagens conceituais sobre o fenômeno pobreza, isto mesmo, no plural, pois são várias linhas conceituais explicativas desse problema. A linha conceitual mais utilizada e, por isto mesmo, tornou-se comum ao debate brasileiro sobre extrema pobreza, pobreza e desigualdade social, é a adotada globalmente pelo Banco Mundial. Essa instituição para conceituar esses fenômenos toma por base recorte econômico de renda e consumo da população dos países onde realizam a análise. Assim, o conceito de pobreza por ela definido limita a renda per capita de U\$ 5,50 (cinco dólares e cinquenta centavos) por dia, aproximadamente R\$ 499,00 (quatrocentos e noventa e nove reais) ao mês, para a realidade brasileira, que seriam supostamente necessários à sobrevivência mínima de uma pessoa. Já o conceito de extrema pobreza se define pela renda individual de U\$ 1,90 (um dólar e noventa centavos) diários, que são insuficientes para a sobrevivência de uma pessoa. O foco dessa abordagem conceitual, portanto, centra-se na capacidade de renda e consumo dos indivíduos, nesse sentido, é óbvio, quanto menor a renda de um indivíduo maior será a privação ao acesso a bens e serviços básicos necessários ao mínimo de bem-estar socioeconômico.

A relevância dessa abordagem reside no fato de ela demonstrar uma imaginária linha do fenômeno pobreza numa dada região geográfica, ou seja, a definição de um valor monetário mínimo a partir do qual é convencionado a situação de pobreza de carências e privações de consumo de uma pessoa. Porém, para a realidade brasileira, o valor per capita apresentado é insuficiente para estabelecer essa razão.

Segundo a OXFAM, Organização Internacional Inglesa, com escritório em Brasília, que trabalha na área do desenvolvimento socioeconômico em vários países do mundo, há na sociedade brasileira uma percepção da pobreza dissonante desses critérios mundialmente utilizados. Haja vista que

para apenas 12% dos brasileiros, uma pessoa pode ser considerada pobre com rendimentos de até R\$ 210, e para 18% a pobreza é definida por rendimentos individuais não maiores do que R\$ 400. Quase 3/5 dos brasileiros crê que a linha da pobreza começa nos R\$ 1.001 mensais – próximo ao valor do salário-mínimo atual – sendo que 49% acham que ela está entre R\$ 1.001 e R\$ 2.000. (OXFAM DATA FOLHA, 2022, p. 11).

Os dados apresentados pela OXFAM se mostram mais realistas à realidade brasileira, porque possivelmente uma pessoa com renda entre R\$ 500 e R\$ 1.001 mensal talvez se veja na

condição de pobre, privada do acesso a bens e serviços básicos ao bem-estar de várias naturezas. É mais realista a percepção de expressiva parcela da população brasileira que a linha de pobreza estaria entre as faixas de renda per capita de R\$ 1.001 a R\$ 2.000. Daí, o debate sobre a linha de pobreza no Brasil ter relevância política, pois há real necessidade de formulação de políticas públicas governamentais eficientes e eficazes que enfrente esse fenômeno de forma definitiva.

Outra chave de leitura do fenômeno pobreza, porém, mais abrangente e integradora é trabalhada já há uma década. A citação abaixo, extraída do relatório do Núcleo de Inteligência Social (NIS), da PUC de Belo Horizonte, sintetiza a ideia conceitual que

De maneira genérica, o termo [pobreza] se refere a uma situação onde as necessidades dos indivíduos não são adequadamente atendidas (ROCHA, 2006). Embora o que se entenda como necessidade possa variar de uma sociedade para outra e mesmo entre indivíduos, são considerados pobres os membros de uma sociedade que se encontram privados de um mínimo de bem-estar que moralmente deveria ser garantido coletivamente. Nessa linha, a pobreza de uma sociedade é dada pelo conjunto de privação dos seus membros (ONUBR, 2017) (NIS, 2019, p. 11).

Nessa leitura o fenômeno pobreza é mensurado por meio do “Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). É um indicador criado originalmente pela *Oxford Poverty and Human Development Initiative* (OPHI)” (NIS, 2019, p. 8). Poderia se propor, por essa leitura, que pobreza é uma condição de privação da segurança alimentar, emprego, saúde, moradia, educação, cultura e lazer. Isto não se restringe à capacidade de renda mínima e consumo. Para o PNUD, “a pobreza é uma questão social caracterizada por diversos fatores, tais como exclusão social, baixa escolarização, condições precárias de habitação e falta de acesso a bens e serviços. Sendo assim, a renda, sozinha, não é necessariamente um indicador suficiente para sinalizar melhoria na qualidade de vida das pessoas” (PLAN-EVAL, s/d, s/p). O índice IPM foi lançado em 2010 pelo PNUD⁴ não para contrapor, mas para completar a análise monetária sobre pobreza⁵, por ele ser mais amplo, inclui três dimensões, indicadores, tipos de privações e peso calculado em porcentagem para os diferentes tipos de privações. Por isto mesmo, ele parece mais apropriado à análise do fenômeno pobreza que a abordagem monetária mundialmente

⁴ O IPM foi produzido pelo Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento (PNUD) e pela Iniciativa de Pobreza e Desenvolvimento Humano (OPHI) da Universidade de Oxford e vai além das medições monetárias e de riqueza e revelando as várias privações sobrepostas que as pessoas vivem diariamente. Por exemplo, o IPM avalia a proporção de pessoas pobres em cada país e a intensidade dessa pobreza. Algumas das questões são, para além dos rendimentos, se as pessoas estão bem nutridas, se têm acesso a água limpa ou se frequentam a escola (PNUD, 2020).

⁵ O IPM é mais amplo que a análise monetária da pobreza, inclui três dimensões e respectivos indicadores: Educação (anos de estudos e matrículas das crianças); Saúde (mortalidade e nutrição) e; Padrão de vida (eletricidade, sanitários, água, piso, combustível para cozinhar e bens domésticos). Para cada indicador tem as privações e o peso no índice que varia de 16,70% a 5,60%. É multidimensionalmente pobre a família que apresenta privações em pelo menos 30% dos indicadores (PNUD, 2010, s/p).

utilizada. A população vulnerável à pobreza multidimensional no Brasil pelo IMP, em 2020, era 6,2% com dados de 2015⁶. Feitos tais considerações gerais, passamos a olhar a realidade piauiense.

Impacto da pandemia do coronavírus no PIB de 2020

O que interessa a este texto é saber como a realidade da pobreza e desigualdade social, no período da pandemia da Covid-19, comportou-se no estado do Piauí. Para tanto, questiona-se: o que indica os dados sobre a situação de pobreza no estado do Piauí em relação à Covid-19? Como a desigualdade social tem se comportado em função dos impactos da Covid-19 no Piauí?

Posterior à apresentação dos dados gerais sobre o fenômeno da pobreza no Brasil e feito os esclarecimentos conceituais, adentra-se, agora, na realidade piauiense, tendo como norte essas questões. A pandemia do coronavírus gerou a Covid-19, uma doença que ataca o sistema respiratório das pessoas confirmada no Brasil, em março de 2020, e dessa data até o dia 4 de novembro de 2022 fez 688.332 mil vítimas no território nacional. No estado do Piauí, no mesmo período, foram registrados 7.959 vítimas e 404.893 casos acumulados da doença (BRASIL, 2022).

Com essa doença em larga escala o impacto na economia nacional foi expressivo, o Produto Interno Bruto (PIB) do país sofreu fortes retração, numa primeira leitura do IBGE foi constatada forte perda de -4,1, mas após três revisões nas contas o Instituto cravou a retração em -3,3% no ano de 2020 em relação a 2019 (IBGE, 2022). No Nordeste, a retração foi - 4,1%. O estado do Piauí teve retração no PIB⁷ de -3,5%, pouco acima do resultado nacional. Grosso modo, a retração do PIB piauiense foi maior que a média brasileira e menor que a queda da produção da riqueza nordestina naquele mesmo ano. Ainda segundo dados do IBGE, a participação do estado no PIB nacional, em 2020, foi 0,7%, vigésimo primeiro lugar no ranking dos estados. O PIB per capita no Brasil em 2020 foi R\$ 35.935,74, o Piauí ficou na vigésima

⁶ Os dados mais recentes da pesquisa disponível para a estimativa do IMP do Brasil referem-se a 2015. Com base nessas estimativas, 3,8% da população no Brasil (8.191 mil pessoas em 2020) é multidimensionalmente pobre, enquanto outros 6,2% são classificados como vulneráveis à pobreza multidimensional (13.241 mil pessoas em 2020). A intensidade das privações no Brasil, que é o escore médio de privação entre as pessoas que vivem em pobreza multidimensional, é de 42,5%. O valor do IMP, que é a parcela da população que é multidimensionalmente pobre ajustada pela intensidade das privações, é de 0,016. Em comparação, Colômbia e México têm valores de IMP de 0,020 e 0,028, respectivamente (PNUD, 2022).

⁷ O PIB em valores correntes brutos do estado do Piauí em 2020 foi R\$ 56.391 bilhões.

sexta posição no ranking das Unidades da Federação, com R\$ 17.184,70, à frente apenas do estado do Maranhão, valor proporcional 47,82% do PIB per capita nacional (IBGE, SCR, 2022).

A Covid-19 obrigou a suspensão de atividades econômicas, fechamento temporário de serviços e comércio e o isolamento social entre pessoas em parte do ano de 2020, foram essas atitudes necessárias ao enfrentamento da doença que causaram impactos negativos na economia, distribuindo prejuízos de forma desigual entre os estados. A retração no desenvolvimento econômico dos estados foi diversificada⁸, mas o Piauí não foi o que teve maior retração, aliás, no Nordeste, conforme o IBGE, ele foi o terceiro estado a ter menor queda no PIB, ficando atrás de Sergipe (-1,0%) e Maranhão (-1,9%) respectivamente. Apesar da retração, o Piauí vem mantendo significativa posição em relação aos estados nordestinos, considerando que dos nove estados seis tiveram queda do PIB mais acentuada que a do Piauí.

A persistência da desigualdade social e da pobreza no Piauí

Mundialmente o Índice de Gini é utilizado na mensuração dos níveis de desigualdade social entre grupos, tendo como base a renda dos indivíduos. Esse coeficiente complementa as informações do desenvolvimento econômico no que tange à riqueza produzida na sociedade, mensurada pelo PIB e renda per capita. Estabelece, também, a distribuição e/ou concentração de renda numa razão entre os números 0 e 1, quanto mais o valor do índice se aproxima de 0, menor é a desigualdade social, e quanto mais perto do numeral 1, maior a desigualdade social e, conseqüentemente, à concentração de renda.

Antes de apresentar os indicadores do estado do Piauí, exhibe-se os índices da situação de desigualdade social do Brasil nos últimos anos. O Índice de Gini de 2020, por exemplo, revela que sem a pandemia da Covid-19 haveria maior concentração de renda no país e, conseqüentemente, a desigualdade teria avançado ainda mais. Os dados do IBGE sobre esse coeficiente para o Brasil indicam que,

De 2019 para 2020, no entanto, haveria alta de 2,3% sem os benefícios (de 0,560 para 0,573). Com os benefícios, houve queda de 3,7% (de 0,544 para 0,524). *No Nordeste, sem os benefícios, o índice de Gini aumentaria 4,5%, passando de 0,598 em 2019 para 0,625 em 2020. Com os benefícios, o índice caiu 6,1% (de 0,560 para 0,526) (IBGE, 2022 – grifos nossos).*

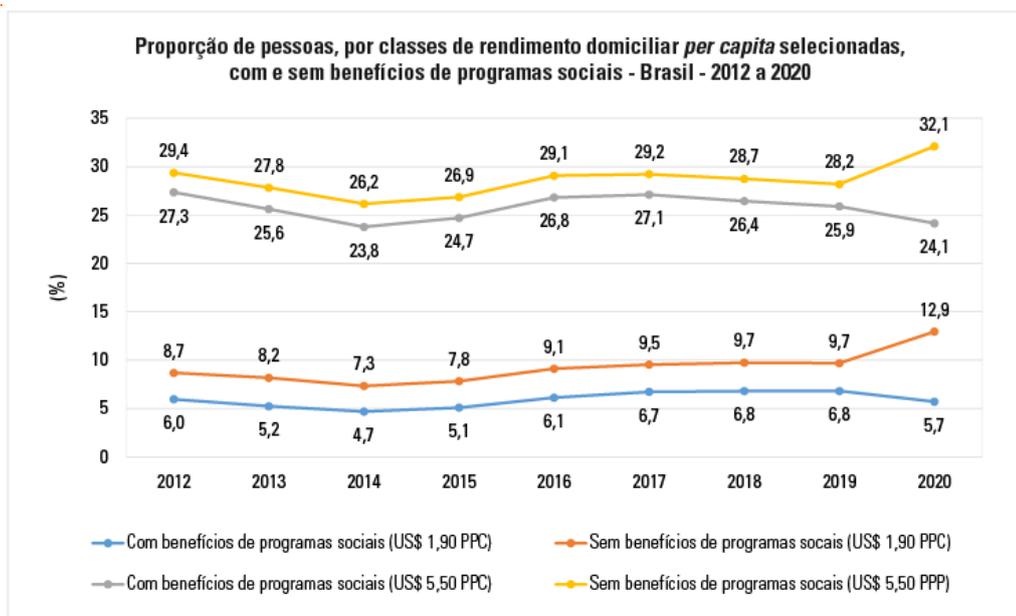
⁸ Entre as 27 Unidades da Federação, as maiores quedas em volume do PIB ocorreram no Rio Grande do Sul (-7,2%), Ceará (-5,7%), Rio Grande do Norte (-5,0%), Espírito Santo (-4,4%), Rondônia (-4,4%) e Bahia (-4,4%), (IBGE, 2022).

Ou seja, o auxílio emergencial instituído pelo governo federal para apoiar grupos vulneráveis no período da pandemia deu alento ao processo de redução da desigualdade social. No caso do Nordeste, como indicam os dados, considerando as elevadas taxas de pobreza, o impacto dessa política freou mais o crescimento da concentração de renda que no restante do país.

Considerando os indicadores de pobreza (US\$5,50/dia) e extrema pobreza (US\$1,90/dia) pelas linhas do Banco Mundial, houve redução da incidência de extrema pobreza e pobreza no Brasil entre 2019 e 2020: as proporções recuaram, respectivamente, de 6,8% para 5,7% e de 25,9% para 24,1% da população. No entanto, em um cenário hipotético sem os benefícios dos programas sociais, a proporção de pessoas em extrema pobreza teria aumentado de 5,7% para 12,9% e, em situação de pobreza, de 25,9% para 32,1% (IBGE, 2022).

O Gráfico 1 exibe dados comparativos da renda per capita que indicam uma realidade nacional com e hipoteticamente sem apoio dos benefícios sociais. Sem os benefícios sociais no ano da pandemia a pobreza teria chegado a 32,1% da população e a extrema pobreza 12,9%, os benefícios, portanto, deixaram essas proporções em 24,1% e 5,7% respectivamente, como já indicado acima. Ou seja, o auxílio emergencial de R\$ 600, no primeiro ano da pandemia da Covid-19, amenizou a situação de extrema pobreza e pobreza no Brasil.

Gráfico 1



Fonte: IBGE, 2022.

No Piauí, como se comportou a desigualdade social com a pandemia da Covid-19? A forma adequada para responder essa questão é por meio de dados e indicadores que ressaltem a realidade social piauiense. Nesse sentido, foram selecionados índices e indicadores sobre o comportamento desse fenômeno no estado.

A Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2021), referentes ao ano de 2020, na área do rendimento domiciliar per capita médio, por sexo e raça, apresenta uma leitura possível de ser comparada entre Brasil, Nordeste e Piauí para os anos de 2019 (antes da pandemia da Covid-19) e 2020 (ano de forte pandemia) e tem-se os seguintes indicadores: o Brasil tinha um rendimento médio per capita de 1.410, o Nordeste 883 e o Piauí 830, em 2019 (IBGE, 2021). A renda média per capita dos piauienses estava abaixo da média brasileira, 58,8%. Analisando esse indicador por grupos sociais se verifica de forma nítida as diferenças da renda entre os grupos por sexo e raça, como demonstra a Tabela 1.

Tabela 1 - Renda média domiciliar per capita em R\$ – 2019

Local	Média Total	Homem	Mulher	Branco	Pardo	Preto	Des. Brancos e Negros %
Brasil	1.410	1.428	1.392	1.958	982	1.009	51,5
Nordeste	883	858	879	1.253	765	755	60,2
Piauí	830	834	825	1.214	745	713	58,7

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2020.

A desigualdade na renda média per capita é mais expressiva entre as pessoas de pele negra em relação às brancas. No contexto nacional os negros tinham 51,5% da renda per capita média em relação aos brancos, no Nordeste essa desigualdade é superior 60,2% e, no Piauí, 58,7%. O estado do Piauí, guardada as proporcionalidades, apresenta maior diferença no nível de desigualdades entre brancos e negros no ano de 2019.

Tabela 2 - Renda média domiciliar per capita em R\$ – 2020

Local	Média Total	Homem	Mulher	Branco	Pardo	Preto	Des. Brancos e Negros
Brasil	1.349	1.381	1.318	1.842	959	983	53,3%
Nordeste	891	910	874	1.273	774	766	60,1%
<i>Piauí</i>	<i>836</i>	<i>841</i>	<i>832</i>	<i>1.090</i>	<i>778</i>	<i>785</i>	<i>72,0%</i>

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2020.

No ano de 2020, a diferença na renda média per capita entre brancos e negros apresentou um alívio: no Brasil (53,3%) e no Piauí (72,0%). Ou seja, os negros tiveram, proporcionalmente, renda maior comparativamente ao ano de 2019 em relação aos brancos. Possivelmente essa leve diferença positiva em favor dos negros esteja relacionada ao auxílio emergencial. Contudo, um olhar atento descobrirá que ocorreu diminuição da renda média per capita dos brancos de 2019 para 2020 mais acentuadamente que a elevação dos ganhos das pessoas negras. Não é que as pessoas negras ganharam bem mais na média, elas proporcionalmente perderam menos em relação às pessoas brancas.

A desigualdade de renda per capita entre gêneros, pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2020), no Piauí, foi 98,9%, ou seja, as mulheres tiveram renda per capita menor de 1,1% da auferida pelos homens. No Nordeste, a renda das mulheres em relação aos homens foi ainda menor 96,0% e no Brasil 95,4%, respectivamente.

A referida Pesquisa Nacional por Amostragem (IBGE, 2020), demonstra outro parâmetro para a desigualdade social relacionado ao salário mínimo, hoje no valor de R\$1.212,00 (um mil duzentos e doze reais). A distribuição percentual do salário mínimo por classe de renda per capita corrobora a análise da desigualdade social no Brasil. Por exemplo, no ano de 2019 apenas 3,7% da população brasileira tinha renda per capita acima de cinco salários mínimos; no Nordeste, a distribuição atingia 1,8% e no estado do Piauí, 1,6%. A maior fatia percentual da população na distribuição de renda per capita, por essa variável, localizava-se entre um quarto e até dois salários mínimos. No Piauí, essa realidade é ainda mais gritante,

cerca de 92,7%⁹ da população tem renda per capita nessas faixas salariais e somente 6,9%¹⁰ estava na faixa acima de 2 salários mínimos, como demonstra a Tabela 3.

Tabela 3 - Distribuição percentual, por classes de rendimento domiciliar per capita (salário mínimo) (%) - 2019

Local	população	até ¼ Sal.	¼ até 1/5	1/5 até 1	1 até 2	2 até 3	3 até 5	mais de 5
Brasil	209.419	11,6	18,9	29,1	23,9	7,1	4,6	3,7
Nordeste	56.907	23,7	26,4	27,6	13,3	3,5	2,2	1,8
Piauí	3.271	24,2	26,6	28,9	12,7	3,1	2,2	1,6

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2020.

Essa realidade sofreu pouca alteração em 2020, conforme demonstra a Tabela 4. A maior oscilação positiva na porcentagem de pessoas se localizou no grupo das faixas salariais entre meio e dois salários mínimos, nos três cenários nacional, regional e estadual. Porém, no caso específico do Piauí, na faixa de três a mais de cinco salários mínimos diminuiu a porcentagem no ano de 2020. Mas, também, ela foi menor nas faixas entre um quarto e um salário mínimo. Possivelmente, isso tem relação com o Auxílio Emergencial de R\$ 600 implementado no ano de 2020, em consequência da pandemia da Covid-19, pelo governo federal, detalhado mais à frente.

Tabela 4 - Distribuição percentual, por classes de rendimento domiciliar per capita (salário-mínimo) (%) 2020

Local	população	até ¼ Sal.	¼ até 1/5	1/5 até 1	1 até 2	2 até 3	3 até 5	mais de 5
Brasil	211.021	8,7	18,7	31,4	25,2	6,6	4,3	3,4
Nordeste	57.207	17,1	27,2	31,4	15,2	3,3	2,2	1,5
Piauí	3.280	16,4	27,0	32,3	17,9	2,8	1,7	1,2

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2020.

Ao analisar dados da FGV Social (2022) sobre proporção da população pobre por estrato geográfico no Piauí, Teresina aparece com crescimento paulatino entre os anos de 2019 e 2021, em que sai de 25,10% para 30,39% no período de três anos, considerando o período da pandemia da Covid-19. Mas, destaca-se a retração nas proporções de pessoas pobres em 2020 nas regiões do interior do estado e no entorno metropolitano em relação ao ano anterior. Mais uma vez, certamente, essa constatação reflete o impacto do Auxílio Emergencial, pois em 2021 as proporções de todas as regiões, coincidindo com o fim do auxílio, voltaram a crescer, com exceção do entorno metropolitano de Teresina que apresentou retração consecutiva nas proporções no período analisado.

⁹ Soma das porcentagens.

¹⁰ Soma das porcentagens.

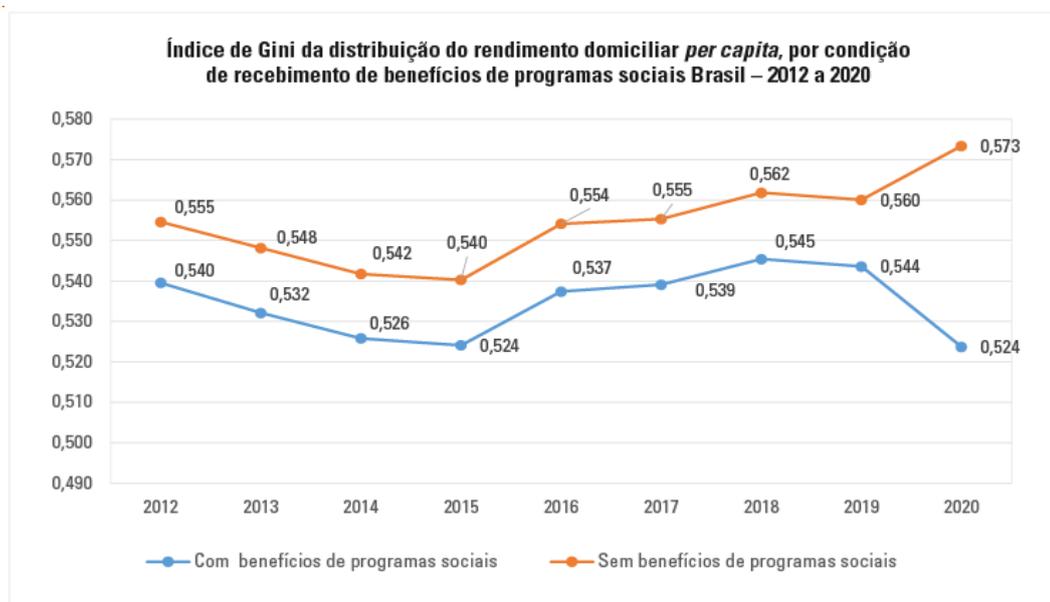
Tabela 5 – Proporção da população pobre¹¹ por estrato geográfico Piauí (%)

Localidades	2019	2020	2021
Teresina	25,10	27,51	30,39
Entorno metropolitano Teresina	55,76	52,00	47,13
Centro-Leste Piauí	47,81	40,89	53,21
Baixo Parnaíba Piauí	56,05	42,33	49,81
Alto Parnaíba e chapadas do sul do Piauí	55,59	45,40	52,88

Fonte: Mapa da Nova Pobreza (FGV Social, 2022).

Analisando a desigualdade social pela ótica do Índice de Gini fica evidente tal realidade. Como dito, o Índice de Gini, mensura o nível de desigualdade social e da concentração de renda das sociedades. No Gráfico 2, o índice de Gini foi calculado pela *renda per capita domiciliar* e demonstra que até 2015 existia uma real redução da desigualdade social no Brasil, com curva ascendente a partir do ano seguinte em que a concentração de renda voltou a vigorar até 2019. Visivelmente, o Auxílio Emergencial contribuiu para inverter a linha ascendente da desigualdade, fechando o ano de 2020 com índice de 0,524. Pelos dados do gráfico é possível afirmar, de forma taxativa, que os programas sociais de transferências de renda impactam positivamente a redução da desigualdade social no Brasil, pois sem eles o índice seria 0,573.

Gráfico 2



Fonte: IBGE, 2022.

A concentração de renda, no caso em tela, toma por base a renda per capita domiciliar comparativamente entre três anos, nos cenários nacional, regional e estadual. Na Tabela 6,

¹¹ A pesquisa Mapa da Nova Pobreza tomou por base o indicador do Banco Mundial de US\$ 5,50 dólares dia.

observa-se que sem os benefícios dos programas sociais nos três cenários indicados a situação seria de maior concentração de renda para o ano de 2020. Mas, com maior fatia do orçamento nacional, no ano de 2020, destinada aos pobres, extremamente pobres e aos trabalhadores, por meio do Auxílio Emergencial, resultou na desaceleração do processo de concentração de renda nos três cenários. No estado do Piauí, esse processo foi mais expressivo, pois, em 2018, o Gini do estado era 0,530, aumentando para 0,537 no ano seguinte e com o Auxílio Emergencial e outros benefícios sociais o índice retroage para 0,474 em um ano. Esse indicador, quando comparado com a hipótese do índice sem os benefícios dos programas sociais, confirma que as políticas sociais no período da pandemia impactaram positivamente na renda das pessoas pobres – pela linha de pobreza do Banco Mundial.

Tabela 6 – Índice de Gini, Piauí – comparativamente

Gini Domiciliar per capita com benefícios sociais ¹²				Gini domiciliar per capita sem benefícios programas sociais		
Local	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Brasil	0,545	0,544	0,524	0,562	0,560	0,573
Nordeste	0,546	0,560	0,526	0,585	0,598	0,625
<i>Piauí</i>	<i>0,530</i>	<i>0,537</i>	0,474	<i>0,574</i>	<i>0,581</i>	0,582

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2021.

Na leitura comparativa entre os estados da região Nordeste e suas respectivas capitais, no ano de 2020, o Índice de Gini indica que o Piauí e Teresina apresentaram redução das desigualdades sociais com base na renda per capita, ficando o estado e a capital na primeira posição. Na outra ponta, o estado com maior concentração de renda é o Ceará (0,544); entre as capitais a que concentra mais renda e, conseqüentemente, maior desigualdade social, é a cidade de Salvador (0,590), capital da Bahia. Aliás, entre as capitais, somente Teresina apresenta menor concentração de renda em relação ao estado, todas as demais têm Índice de Gini mais elevado que os estados.

Tabela 7 – Índice de Gini de estados e capitais do NE – 2020

Índice de Gini Estados – NE	Índice de Gini Capitais – NE

¹² Os benefícios de programas sociais incluem: Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada - BPC, Auxílio Emergencial e outros programas sociais governamentais.

Nordeste	0,526		
<i>Piauí</i>	0,474	<i>Teresina</i>	0,472
Maranhão	0,482	São Luís	0,485
Alagoas	0,510	Natal	0,528
Rio Grande do Norte	0,512	Maceió	0,541
Paraíba	0,512	Aracaju	0,547
Sergipe	0,524	Fortaleza	0,563
Pernambuco	0,536	Recife	0,574
Bahia	0,537	João Pessoa	0,578
Ceará	0,544	Salvador	0,590

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2021.

O conjunto dos estados da região Nordeste, comparativamente às suas respectivas capitais, tem uma leve menor concentração de renda. Com exceção do Maranhão e Piauí, os demais estados apresentam desigualdade social mais elevada nas capitais, como dito antes.

A desigualdade social e a pobreza, quando analisadas com os dados da população atendida pelo Auxílio Emergencial, o Piauí apresenta maior proporcionalidade (39,99) de pessoas atendidas, em relação ao Nordeste (38,04) e ao Brasil (32,01). Em números absolutos o estado teve mais de 1.300.000 pessoas beneficiadas com o Auxílio Emergencial. Contudo, a política do Auxílio Emergencial, como o próprio termo diz, atende emergencialmente a população que vivia à margem do risco de empobrecimento (vulnerabilidade social) e as famílias já qualificadamente pobres. No Piauí essa proporção da população era 39,99%. Nesse sentido, considera-se que cerca de 40% da população piauiense estava elegível para receber o benefício, 7,98% pontos percentuais acima da proporção da população elegível, em âmbito nacional, e 1,95% acima do Nordeste. Ou seja, o Piauí tinha expressiva parcela de sua população vivendo na extrema pobreza, na pobreza e vulnerabilidade social. Nesta última inclui as famílias que vivem no limite da situação de pobreza.

Tabela 8 – População atendida pelo Auxílio Emergencial – 2020

Local	População*	Atendida	% População
--------------	-------------------	-----------------	--------------------

Brasil	211.755.692	68.280.863	32,01
Nordeste	57.374.243	21.936.330	38,04
<i>Piauí</i>	<i>3.281.480</i>	<i>1.315.362</i>	<i>39,99</i>

Fonte: Dados do Ministério da Cidadania. Acesso em: 20 nov. 2022.

* Fonte: IBGE, 2020. Elaboração Superintendência CEPRO/SEPLAN (2021).

Olhando agora os dados dos estados do Nordeste com famílias atendidas pelo Auxílio Emergencial, observa-se que o Piauí teve maior proporção de sua população beneficiada em relação aos outros estados da região. O estado com menor proporção de beneficiados foi o Rio Grande do Norte (36%). Outra inferência que salta aos olhos são os 38,04% da população nordestina elegível para esse benefício. Sem dúvida, esse número é um indicador de que a pobreza e a vulnerabilidade social na região são problemas sociais que exigem dos governos urgência na formulação de políticas públicas de enfrentamento de tal situação. Isto, claro, aplica-se sobretudo ao estado do Piauí.

Nesse sentido, o governo estadual criou o programa PRÓ-Piauí Social. O “programa tem público-alvo famílias cadastradas no CADÚNICO, do Governo Federal, com uma renda per capita de até R\$ 178,00 e que não recebem benefício. Em dezembro de 2021, 3.710 famílias já estavam cadastradas para receber o benefício de R\$1.200,00 em seis parcelas de R\$ 200,00” com o “Cartão Pró-Social” (CEPRO, 2021). Ele é complementar aos programas sociais federais no sentido de ajudar famílias que vivem na extrema pobreza e não conseguiram os benefícios do governo federal.

Tabela 9 – População atendida pelo Auxílio Emergencial NE – 2020.

Local	Nº absoluto	% população
-------	-------------	-------------

Nordeste	21.936.330	38,04
Bahia	5.827.535	38,89
Ceará	3.496.540	37,84
Maranhão	2.723.038	38,07
Paraíba	1.538.888	37,90
Pernambuco	3.652.065	37,75
<i>Piauí</i>	<i>1.315.362</i>	<i>39,99</i>
Rio Grande do Norte	1.282.014	36,00
Sergipe	868.361	37,13
Alagoas	1.232.527	36,62

Fonte: Dados do Ministério da Cidadania. Acesso em: 20 nov. 2022.

Outra leitura significativa sobre a realidade do estado do Piauí no aspecto da desigualdade social e da pobreza é possível cruzando dados de diferentes indicadores. A Tabela 9, por exemplo, demonstra uma escala de 18 anos, entre 2012 e 2020, dados do PIB¹³, da extrema pobreza e pobreza¹⁴ e Índice de Gini. Lembrando que o PIB é a soma de toda a riqueza produzida numa dada sociedade. O PIB do estado do Piauí em 18 anos teve uma forte variação positiva, quase dobrou em valores absolutos, um crescimento de 50,79% no período. Sem dúvida, esse crescimento no volume de riqueza bruta da sociedade piauiense foi extraordinário. Grosso modo, pelo indicador de renda per capita, cada piauiense, hipoteticamente, em 2012, tinha renda de R\$ 8.137,51 reais, em 2020 esse indicador de renda foi 17.185,00, mais que o dobro em relação ao período anterior. Não obstante, o estado ficou na 26ª posição no ranking dos estados do país (PIAUI, 2022).

Quando comparado o PIB bruto com as taxas de extrema pobreza e pobreza para se ver o comportamento desse fenômeno em relação ao crescimento do Produto Interno Bruto, observa-se que a taxa da extrema pobreza e pobreza, pela linha do Banco Mundial, no mesmo período, oscilaram lentamente, a extrema pobreza de 2012 para 2020 teve diferença de -3,4; na pobreza, -8,0. Anda longe o ritmo da diminuição da extrema pobreza e pobreza em relação ao ritmo do crescimento do PIB no Piauí. Ou seja, o PIB cresceu numa velocidade bem superior à da redução da pobreza no estado. Na verdade, as taxas de pobreza, nesse período, oscilaram ora para baixo ora para cima e, depois, para baixo novamente, porém num ritmo lento em toda a

¹³ São valores brutos do PIB.

¹⁴ Extrema pobreza e pobreza pela linha do Banco Mundial.

série em tela. A questão que se impõe é a seguinte: onde está a riqueza que a sociedade piauiense produziu com o crescimento de mais de 50% do PIB nos últimos dezoito anos?

Tabela 10 – Evolução do PIB, indicadores de pobreza e concentração de renda no Piauí

Indicador / Escala	Com os benefícios sociais ¹⁵				Sem os benefícios sociais			
	2012	2015	2019	2020	2012	2015	2019	2020
PIB (bilhões)	28.638	39.150	52.781	56.391	-	-	-	-
PIB per capita	8.137,51	12.218,51	16.125,00	-	-	-	-	-
Pobreza U\$ 1,90*	12,9	10,0	14,6	9,5	20,8	16,2	21,8	25,0
Pobreza U\$ 5,50*	46,4	39,7	45,2	38,4	49,7	44,5	49,0	52,1
Índice Gini	0,495	0,520	0,536	474	0,538	0,560	0,581	0,582

Fonte: Síntese de Indicadores Sociais - IBGE 2021.

Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2021).

* As porcentagens destas linhas são relativas à população estadual.

Para responder à questão acima, o Índice de Gini, já referido aqui no texto, indica como se comporta a distribuição e/ou concentração de renda no Piauí que, grosso modo, tem relação direta com o PIB porque, normalmente, essa análise é feita tendo como base a renda per capita, um cálculo que divide a riqueza produzida pelo número de habitantes piauienses e o resultado é um valor médio da riqueza para cada pessoa, mas esse valor médio da participação de cada pessoa no bolo do PIB é hipotético. Hipotético porque é apenas um cálculo matemático, não representa a realidade concreta da distribuição de renda, ou seja, imaginar-se-ia que todos os habitantes do Piauí receberam igualmente por ano sua fatia do bolo (PIB), aí o cálculo, nesse caso, define as fatias em valores iguais do bolo para cada um. Esta fatia imaginária é o indicador renda per capita. Na prática, pelo cálculo matemático, todos os piauienses teriam renda igual, mas na realidade concreta uma pessoa poderá viver na extrema pobreza, sem renda suficiente até para se alimentar, outra teria só para se alimentar e outra ainda poderá ter para se alimentar, para lazer, comprar bens (terras, casa, carros, etc.) e aumentar ainda mais sua renda. O indicador renda per capita não serve para mensurar concentração de renda das pessoas e tão pouco para aferir níveis de desigualdade social.

Além desses aspectos, poderia acrescentar que quanto maior o crescimento do PIB de uma região e menor o ritmo de crescimento da população maior será a renda per capita, o inverso também é verdadeiro, crescimento acelerado da população e lenta elevação do PIB,

¹⁵ Com benefícios sociais para os cálculos dos indicadores de pobreza e Índice de Gini.

menor será o valor do indicador per capita daquele estado. O desenvolvimento econômico deve ser promovido de forma equilibrada.

Como visto, o mais adequado para mensurar o nível de desigualdade social e pobreza é por meio da análise do Índice de Gini. Na série estudada se observa nos anos de 2015 a 2019 crescimento do índice de 0,520 para 0,536, aumento na desigualdade social e concentração de renda no Piauí, pois o PIB apresentou crescimento expressivo nesse período. Porém, em 2020, o índice foi 0,474 uma redução no nível da desigualdade social, possivelmente influenciada pelo Auxílio Emergencial, pois a análise da evolução do indicador, sem os benefícios sociais, na mesma série, demonstra um crescimento paulatino de 0,538 a 0,582. Ou seja, sem os benefícios dos programas sociais haveria maior desigualdade social e, conseqüentemente, aumento da pobreza. Nessa analogia, o PIB do Piauí que cresceu mais de 50% no período estudado não resultou em redução expressiva da desigualdade social e da pobreza. O Piauí cresceu economicamente acompanhando a lógica nacional de desenvolvimento econômico com concentração de renda¹⁶. Segundo o IBGE, “em 2021, o 1% da população brasileira com renda mais alta teve rendimento 38,4 vezes maior que a média dos 50% com as menores remunerações” (IBGE,2022, s/p).

Nessa linha, outro dado corrobora a análise, o acesso da população à água no estado do Piauí, no Nordeste e no Brasil. Água é um bem básico indispensável à vida, infelizmente parte da população brasileira não tem acesso e/ou tem acesso à água de má qualidade. A Tabela 11, a seguir, registra a situação dos domicílios com e sem capacidade de armazenamento de água para o consumo das famílias no dia a dia e isto corrobora a situação de agravamento da pobreza e desigualdade social no estado. Nesse sentido, os dados do IBGE de 2019 de distribuição de pessoas residindo em domicílios por forma de abastecimento de água, com presença de estrutura para armazenamento de água, abastecimento pela rede geral e existência de canalização interna e de outra forma para o Brasil, Nordeste, Piauí e Teresina referente ao ano de 2018 são reveladores.

Tabela 11 – Forma de abastecimento de água no Piauí

¹⁶ Em pesquisa internacional com “mais de 100 países analisados, o Brasil é um dos mais desiguais. Após a África do Sul, é o segundo com maiores desigualdades entre os membros do G20”, segundo World Inequality Lab (2021) (Laboratório das Desigualdades Mundiais). “O estudo afirma que as estatísticas disponíveis indicam que *os 10% mais ricos no Brasil sempre ganharam mais da metade da renda nacional (...)* A metade da população brasileira mais pobre só ganha 10% do total da renda nacional. Na prática, isso significa que os 50% mais pobres ganham 29 vezes menos do que recebem os 10% mais ricos no Brasil. Na França, essa proporção é de apenas 7 vezes. Nos Estados Unidos, país com fortes desigualdades sociais, os 10% mais ricos ganham 45% da renda geral do país, ressaltando Chancel. Na China, esse índice é de 42%. Na Europa, ele se situa entre 30% e 35%, completa o economista” (FERNANDES, 2021, s/p – grifos nossos).

Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas, Regiões Administrativas Integradas de Desenvolvimento e Municípios das Capitais	Total (1 000 pessoas)	Forma de abastecimento de água, presença de estrutura para armazenamento de água, frequência de abastecimento pela rede geral de distribuição de água e existência de canalização interna				
		Abastecidos principalmente pela rede geral			Abastecidos principalmente de outra forma	
		Domicílio com abastecimento diário e estrutura para armazenamento de água	Domicílio com abastecimento diário e sem estrutura para armazenamento de água	Frequência de abastecimento inferior à diária	Com canalização interna	Sem canalização interna
		Absoluto	Proporção	Proporção	Proporção	Proporção
Brasil	209 496	62,2	12,2	10,2	11,9	3,4
Nordeste	56 928	41,1	13,3	24,8	12,9	7,9
Piauí	3 272	47,5	33,2	4,5	8,6	6,2
RIDE Grande Teresina	1 224	53,6	38,6	1,5	4,6	1,8
Teresina	865	58,9	37,3	1,5	1,6	0,7

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE (2019).

O Piauí, no que se refere ao abastecimento de água pela rede geral em domicílio, tem estrutura para armazenamento em 47,5% das residências e 33,2% não têm esse tipo de equipamento. Parcela de 4,5% da população não têm água com frequência necessária para seu uso diário. E 6,2% das residências utiliza água sem canalização interna, captando-a em outra forma. Esses dados indicam que parcela de piauienses vive em situação de pobreza até mesmo no acesso à água potável.

Por fim, corrobora a essa discussão a pobreza multidimensional aferida pelo Núcleo de Inteligência Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) demonstrando que no estado do Piauí, pelo Censo de 2010 (já superado), os domicílios “vulneráveis correspondiam a 140.713 (16,5%) do total e, o somatório destes com os pobres, 168.290 (19,7%)”. (NIS, 2020, p. 52). E nesses domicílios residiam 23,4% das crianças de 0 a 11 anos. A PNAD de 2020 com dados de 2018 informa que 9,6% da população da área urbana de Teresina vive em condições domiciliar com padrão ruim. Não obstante os avanços do programa habitacional “Minha Casa Minha Vida” no Piauí, ainda há expressiva carência de melhoria habitacional.

Considerações finais

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) elabora e divulga periodicamente relatórios globais sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de países pertencente à ONU. Ele afirmou recentemente que pela primeira vez, desde a criação desse indicador, há trinta anos, várias nações tiveram retração no seu IDH no ano de 2020. A justificativa para a desaceleração do Índice foi a pandemia mundial do coronavírus. O Brasil, o Nordeste e o Piauí, na esteira da pandemia, como demonstrado, sofreram impactos negativos nas suas economias, a exemplo da retração do PIB, de forma variável.

Em consequência da retração do desenvolvimento econômico pela crise brasileira (política, econômica e sanitária) a desigualdade social e a pobreza, que eram elevadas, no ano de 2020 teve pequeno alívio em função do Auxílio Emergencial do governo federal. Mas no Piauí, essa realidade apresentou distintas chaves de interpretação, por exemplo: pela linha de pobreza do Banco Mundial, o Estado tinha (tem) taxas de porcentagem da população bem elevadas na extrema pobreza e na pobreza no ano de 2020. Neste mesmo ano, 39,99% da população do Estado recebeu benefícios sociais por não ter condições de sobreviver por conta própria. Mas, o impacto dos benefícios sociais, de acordo com o Índice de Gini, indica um pequeno alívio na desigualdade social no Piauí.

Ficou evidente que a desigualdade social no estado do Piauí não foi maior porque os programas de benefícios sociais atenuaram essa realidade. Contudo, os dados da FGV Social, para 2021, como visto, indicam que a situação de pobreza voltou a crescer em todas as regiões pesquisadas no Piauí, impactada pelo fim do Auxílio Emergencial e diminuição do universo do público atendido com o programa Auxílio Brasil no ano de 2021. Um sinal positivo do governo estadual, nesse sentido, foi a criação do Programa PRÓ Piauí Social, que buscou família que viviam na extrema pobreza e não eram atendidas nos programas sociais federais para receber auxílio do governo estadual.

Uma questão para refletir, numa leitura comparativa com dados do crescimento do PIB e indicadores de pobreza do estado do Piauí, como foi demonstrado, por que o PIB nos últimos dez anos dobrou de valor absoluto e os indicadores de pobreza permaneceram praticamente os mesmos valores nesse período? De forma apresada, poderia afirmar que a riqueza produzida no estado não está lastreada em políticas públicas de distribuição de renda para acelerar a redução da desigualdade social e acabar com a extrema pobreza. O modelo de desenvolvimento econômico praticado no Piauí reproduz característica do modelo nacional, excludente e concentrador de renda. Essa é uma questão a ser aprofundada em futuras pesquisas.

Referências

BANCO MUNDIAL. **Pobreza e desigualdade no Brasil:** pandemia complica velhos problemas e gera novos desafios para população vulnerável. 14 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2022/07/14/pobreza-e-desigualdade-no-brasil-pandemia-complica-velhos-problemas-e-gera-novos-desafios-para-populacao-vulneravel>. Acesso em: 18 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Covid-19 no Brasil.** 04/11/2022. Disponível em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. Acesso em: 17 nov. 2022.

CEPRO. **Informe Econômico 010.** Secretaria de Estado de Planejamento. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/202203/CEPRO16_5b6c7e53eb.pdf. Acesso em: 21 nov. 2022.

CODES, Ana Luiza Machado de. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa.** Brasília: IPEA, 2008. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1332.pdf Acesso em: 19 nov. 2022.

FERNANDES, Daniela. **4 Dados que mostram por que Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, segundo relatório.** BBC NEWS Brasil. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59557761>. Acesso em: 21 nov. 2022.

IBGE. Agência de notícias. **Síntese de Indicadores Sociais:** em 2019, proporção de pobres cai para 24,7% e extrema pobreza se mantém em 6,5% da população. Publicado em 12/11/2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29431-sintese-de-indicadores-sociais-em-2019-proporcao-de-pobres-cai-para-24-7-e-extrema-pobreza-se-mantem-em-6-5-da-populacao#:~:text=De%202018%20para%202019%2C%20a,das%20mulheres%20pretas%20ou%20pardas>. Acesso em: 18 nov. 2022.

IBGE. **Em 2020, primeiro ano da pandemia, PIB recua em 24 das UFs. 16/11/2022.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35501-em-2020-primeiro-ano-da-pandemia-pib-recua-em-24-das-27-ufs>. Acesso em: 16 nov. 2022.

IBGE. **Em 2021, rendimento domiciliar per capita cai ao menor nível desde 2012.** PNAD Contínua. 10/06/2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34052-em-2021-rendimento-domiciliar-per-capita-cai-ao-menor-nivel-desde-2012#:~:text=O%20percentual%20de%20pessoas%20com,foi%20mais%20intensa%20no%20Norte>. Acesso em: 22 nov. 2022.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais:** em 2020, sem programas sociais, 32,1% da população do país estaria em situação de pobreza. 03/12/2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/32418-sintese-de-indicadores-sociais-em-2020-sem-programas-sociais-32-1-da-populacao-do-pais-estariam-em-situacao-de-pobreza#:~:text=De%202019%20para%202020%2C%20no,2019%20para%200%2C625%20em%202020>. Acesso em: 18 nov. 2022.

IBGE. **Sistema de Contas Regionais – SCR: Brasil 2020**. IBGE, 2022 ISBN 978-85-240-4550-9. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101975_informativo.pdf. Acesso em: 16 nov. 2022.

NERI, Marcelo. **Mapa da nova pobreza**. Rio de Janeiro: FGV Social, 2022. Disponível em: <https://cps.fgv.br/MapaNovaPobreza>. Acesso em: 21 nov. 2022.

NIS. Núcleo de Inteligência Social. **Índice de pobreza multidimensional Brasil**. Belo Horizonte: NIS/PUC, 2020. Disponível em: <https://nis.org.br/wp-content/uploads/2020/12/IPM-NIS-Relato%CC%81rio-final-20201215.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

OXFAM. **Nós e as desigualdades**. Pesquisa OXFAM Brasil/Datafolha percepções sobre desigualdades no Brasil. Brasília: OXFAM, 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/pesquisa-nos-e-as-desigualdades-2022/>. Acesso em: 21 nov. 2022.

PIAUÍ. **Seplan apresenta PIB dos municípios 2020**. Teresina: CEPRO, 2022. Disponível em: [http://www.seplan.pi.gov.br/noticia.php?id=1042#:~:text=O%20PIB%20per%20capita%20do,Brasil%20\(2%2C2%25\)](http://www.seplan.pi.gov.br/noticia.php?id=1042#:~:text=O%20PIB%20per%20capita%20do,Brasil%20(2%2C2%25)). Acesso em: 17 dez. 2022.

PLAN-EVAL. **Introdução ao índice de pobreza multidimensional paulista**. Disponível em: https://www.plan-eval.com/repositorio/arquivo/artigo/Brochura_IPM_trifold%20v2.pdf. Acesso em: 16 nov. 2022.

PNUD. **Entendendo o IPM**. Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: https://www.plan-eval.com/repositorio/arquivo/artigo/Brochura_IPM_trifold%20v2.pdf. Acesso em: 18 nov. 2022.

PNUD. **IDH: relatório indica recuo no desenvolvimento humano em 90% dos países**. 08 setembro de 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/198320-idh-relatorio-indica-recuo-no-desenvolvimento-humano-em-90-dos-paises>. Acesso em: 19 nov. 2022.

PNUD. **Índice de pobreza multidimensional global 2020 mostra que COVID-19 ameaça os progressos da última década**. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/angola/%C3%ADndice-de-pobreza-multidimensional-global-2020-mostra-que-covid-19-amea%C3%A7a-os-progressos-da-%C3%BAltima-d%C3%A9cada#:~:text=A%20atualiza%C3%A7%C3%A3o%20de%202020%20do,pessoas%20em%20regi%C3%B5es%20em%20desenvolvimento>. Acesso em: 22 nov. 2022.

PNUD. **Multidimensional Poverty Index 2022**. Disponível em: <https://hdr.undp.org/sites/default/files/Country-Profiles/MPI/BRA.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2022.